

A política da incivilidade¹

Bernard E. Harcourt*

Resumo

O pintor flamengo, Pieter Brueghel, retratou em sua obra homens se aliviando, aleijados pedindo esmolas e camponeses trabalhando – bem como matadouros e patíbulos. Em sua obra-prima, *O Processo Civilizador*, Norbert Elias mostrou como “as classes superiores da Baixa Idade Média” ainda não exigiam, como o fariam as gerações posteriores, que “todas as coisas vulgares fossem suprimidas da vida e, portanto, das pinturas”.

Há alguns séculos, a definição de incivilidade tem estado intimamente ligada a nível social, status de classe, hierarquia política e relações de poder. A capacidade de identificar e punir a incivilidade tem estado associada a posições de privilégio político – e tem, ao mesmo tempo, constituído e reforçado o poder político.

Receio que isso seja verdade ainda hoje: a definição de incivilidade no discurso político continua a ser uma estratégia política profundamente perpassada por relações de poder. No rastro dos atentados de Tucson, renovaram-se os apelos por uma maior civilidade em nosso discurso político.

Embora, no plano pessoal, eu seja a favor do discurso civilizado como um caminho mais sensato, reconheço que esta é inevitavelmente uma estratégia política mais acessível àqueles que já têm sua audiência ou que ocupam uma posição profissional que lhes garante maior acesso à mídia e ao público.

Pessoalmente, prefiro uma ética da civilidade comprometida com dizer a verdade, mas sou profundamente consciente de que isto pode ser reflexo de um certo privilégio, e este mesmo privilégio faz com que eu me contenha ao exigir dos outros que sejam mais civilizados em seu discurso. Isto sugere, ao menos para mim, que devemos ter cuidado ao dizer aos outros como devem falar.

Palavras chave

Discurso civilizado. Incivilidade política. Violência política.

¹ Esse texto foi apresentado no simpósio *Political discourse, civility and harm*, em 14 de janeiro de 2012. Sou profundamente grato aos editores da *Arizona Law Review* por terem organizado um simpósio tão estimulante e também a vários excelentes colegas, em particular Toni Massaro, Suzanne Dovi, Houston Smit, Julia Annas, David Owen, Richard Brooks, Marc Miller, Barak Orbach, Margaret Jane Radin, Robin Stryker, Kenji Yoshino e outros participantes do Simpósio por sua discussão e comentários sobre este ensaio. Agradeço especialmente a Gabriel Mathless pelo excelente trabalho como assistente de pesquisa e por seus valiosos comentários.

* PhD em Ciência Política pela Universidade de Harvard (Cambridge/Estados Unidos); Professor Julius Kreeger de Direito e Professor e Diretor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago (Chicago/Estados Unidos). E-mail: harcourt@uchicago.edu.

Abstract

The Flemish painter, Pieter Bruegel, portrayed in his artwork men relieving themselves, cripples begging, and peasants toiling—as well as butchery and the gallows. In his masterful work, *The Civilizing Process*, Norbert Elias revealed how the “late medieval upper class” had not yet demanded, as later generations would, that “everything vulgar should be suppressed from life and therefore from pictures.”

For centuries now, defining incivility has been intimately connected with social rank, class status, political hierarchy, and relations of power. The ability to identify and sanction incivility has been associated with positions of political privilege – and simultaneously has constituted and reinforced political power.

This, I fear, remains true today: defining incivility in political discourse continues to be a political strategy that is deeply embedded in relations of power. In the aftermath of the Tucson shootings, there have been renewed calls for greater civility in our political discourse.

Although at a personal level, I favor civil discourse as a wiser path, I recognize that it is inevitably a political strategy that comes more easily to those who already have an audience that is listening or a professional position that affords them greater access to the media and to listeners.

I personally prefer an ethic of civility and truth-telling, but am deeply conscious that this may reflect a certain privilege, and that same privilege chastens me from urging others to be more civil in their discourse. It suggests, at least to me, that we should be cautious about telling others how they should speak.

Key words

Civil discourse. Political incivility. Political violence.

Introdução

Civilité, francês médio (francês *civilité*) comunidade organizada ou suas instituições, sua organização ou sistema político ou sua concepção disto (c1370), comportamento polido (1409; c1640 denotando um exemplo disto) e seu étimo do latim clássico *civilitāt-*, *civilitās* arte do governo civil, política (derivado do grego antigo *πολιτική* POLÍTICA n.), comportamento enquanto pessoa comum, modéstia, no latim pós-clássico também cidadania.

(Etimologia de “civildade (*civility*)”, *Oxford English Dictionary*).

Em seu *Nouveau traité de la civilité* [*New Treatise on Civility*, 1998], publicado originalmente em 1671, Antoine de Courtin aconselhava seu leitor a prestar uma

atenção especial a suas relações com aqueles de status social inferior. Pessoas de status superior “devem no mínimo, em seu próprio benefício, ser boas com seus empregados domésticos, e civilizadas e honestas com aquelas que não são suas dependentes”, recomendava de Courtin². “Que monstro é, na verdade, um *grand seigneur* sem qualquer civilidade” (1998:191). No capítulo seguinte, de Courtin aborda a civilidade entre iguais. Em geral, observa de Courtin, a conversa entre iguais “é mais livre e mais alegre” (:193). Mas, exatamente por esta razão, de Courtin pensava ser importante respeitar determinadas regras de honestidade; gracejos entre iguais, em particular quando espirituosos e jocosos, exigem uma atenção especial para não ofender. Em seu tratado, de Courtin esboçou algumas diretrizes. Em primeiro lugar, nunca mire em um igual ou em uma pessoa recentemente falecida. Em segundo lugar, tome cuidado para distinguir entre defeitos voluntários e involuntários. “É uma zombaria muito maldosa, de fato, debochar de alguém porque é caolho ou manco, já que não tem culpa disso”, aconselhava de Courtin. Em terceiro lugar, assegure-se de distinguir entre o interior e o exterior da pessoa. “Um homem não vai se ofender se você lhe disser que ele não parece estar com boa aparência, mas vai ficar muito zangado se você lhe disser que não tem muita sagacidade” (:196). E por aí vai. Há espaço para gracejos entre iguais, escreveu de Courtin, mas dentro de limites razoáveis. E não há espaço para isso, evidentemente, nas relações com aqueles de posição social superior “diante de quem se deve demonstrar a própria submissão por meio de comportamentos ensaiados” (:192).

Já faz séculos que a posição social e as relações de poder têm estado profundamente imbricadas com as normas do discurso e da conduta civilizadas – talvez desde o amanhecer da civilização. Em seus volumes magistrais sobre *O Processo Civilizador* (1994), originalmente publicados em 1939, Norbert Elias rastreou a transformação do termo *civilidade* desde suas origens enraizadas em noções de cidadania, atividade política e organização civil até o domínio das boas maneiras e da polidez, ou daquilo que até então era conhecido como *cortesia*. Elias desencavou meticulosamente a profunda interconexão entre a evolução das maneiras e das hierarquias sociais – posição de classe, status social, posicionamento político e distinção cultural.³ Em uma obra complementar, *A genealogy of manners* (Uma genealogia das maneiras), Jorge Ardití (1998) mostra a

² Trata-se de uma reprodução da edição do tratado publicada em 1728 após a morte do autor. A tradução é de minha autoria.

³ Ver, e.g., ELIAS (1994:16-19; 59-63), discutindo a história das maneiras em relação com as distinções de classe.

reconfiguração posterior da noção de civilidade, provocada pelo surgimento da palavra *etiquette* na língua inglesa.

Cada uma destas transformações refletiria e seria modelada por relações sociais em transformação, novos modos de ser, relações de poder cambiantes e novos arranjos organizacionais e institucionais (*op. cit.*:4). Como diz Ardit, referindo-se a Elias, cada mudança marcaria “o surgimento de uma nova ordem de relações sociais, e de uma pessoa transformada[,] uma crescente separação de corpos e psiquismos da qual surgiu, dois séculos mais tarde, o indivíduo ‘civilizado’ moderno” (Id.). E mais: cada uma destas transformações reconstituiria a esfera política. Elas marcariam “a formação de uma nova matriz de práticas sociais que ao mesmo tempo permitem e modelam o surgimento do estado moderno” (Id.).

A. A política da incivilidade

O discurso político é permeado por relações de poder: elas o perpassam de uma ponta a outra e ele simultaneamente as constitui – em um processo constantemente fluido e reiterativo. As relações de poder modelam e são, elas mesmas, afetadas pelo discurso político. Por exemplo, a capacidade de chamar um membro de um movimento social de “terrorista” ou de “alguém que luta pela liberdade” – e se safar ou não – está ligada, de formas complexas, à posição que se ocupa na esfera política. O fato de uma pessoa ser ouvida, aplaudida, ridicularizada, ignorada ou excluída é um reflexo de sua influência política e, ao mesmo tempo, afeta sua posição política. O que se pode dizer, sair ileso e repetir é não apenas uma medida do poder político de quem fala, mas afeta também sua posição em relações sociais complexas e na política.

Justamente por isso, a capacidade de rotular um discurso específico como incivilizado é, ela mesma, uma realização política que reflete uma determinada posição privilegiada. A possibilidade de definir uma determinada fala como incivilizada, de punir um falante, de clamar por, incitar ou exigir um discurso civilizado – e ser bem sucedido – está intimamente ligada ao lugar da pessoa no terreno político. Trata-se também, e inquestionavelmente, de um estratagema político. Aqueles que clamam por mais discurso civilizado – assim como aqueles que não retribuem incivildades na mesma moeda, que se mantêm acima do conflito, que fazem a coisa certa – estão, eles mesmos, recorrendo a uma tática discursiva. Esta tática não é, sob qualquer aspecto, neutra ou apolítica. Pode muito bem ser uma estratégia política mais esperta – mais esperta, creio eu, porque reflete e projeta (reforçando simultaneamente a percepção e, por meio

das percepções, sua realidade) força e poder políticos. Mas não nos iludamos: esta é uma estratégia política.

Desafiar as incivildades e clamar por maior civilidade no discurso político são flechas na aljava das artes políticas. Embora estes atos sejam apresentados como neutros, eles não o são. Representam, em vez disso, uma forma de conquistar a superioridade política. Assim, com frequência resultam em benefícios para aqueles que ocupam as posições políticas de maior força. Muitas vezes, servem aos interesses das vozes políticas mais dominantes ou *mainstream*. O fato é que alguns falantes na esfera pública têm mais facilidade para ser civilizados. Podem já ter uma audiência que está ouvindo, ou uma posição profissional que lhes garante um maior acesso à mídia e ao público mais amplo. Outros, menos bem situados, podem sentir uma necessidade mais urgente de ir a extremos para conseguir atenção. Há ainda aqueles que podem ter raiva por estar nas margens do debate político e recorrer, assim, à retórica incivilizada para se fazer ouvir – acertada ou equivocadamente. Em muitos casos, isto pode lhes ser desfavorável, talvez porque sua posição social já ameace minimizar ou distorcer sua fala. A tendência é que haja agudas diferenças na recepção da expressão linguística baseadas em diferenças de gênero, raciais e étnicas entre aqueles que falam. Alguns falantes, ao que parece, não podem se dar ao luxo de serem incivilizados – mas podem, mesmo assim, escolher fazê-lo, deliberadamente e após muita reflexão.

Tudo isto sugere que há uma política complexa em torno da incivilidade no discurso político – em torno da nomeação e da identificação, do uso e da evitação, da crítica e da defesa do discurso incivilizado. Em outras palavras, existe uma *política da incivilidade*. E, nesta política, é importante pisar com cuidado para não empoderar, inadvertidamente, aqueles que já podem, e com mais facilidade, se dar ao luxo de serem civilizados.

B. A incivilidade da política

O problema do debate sobre o discurso civilizado remonta ao deslizamento no uso do termo *civilidade*. Em seu sentido original, a palavra *civilidade* recobria a “arte do governo civil”, a “ordem em um estado ou região”, a “ausência de anarquia e desordem”, a “cidadania” e o “governo” – colocando de maneira mais simples, recobria a “política”⁴. A civilidade se referia à organização interna de uma *polis* e, neste sentido, a civilidade em si mesma era tão “civilizada” quanto a

⁴ Ver, em *Oxford English Dictionary*, etimologia e definições 1, 2 e 3 de *civilidade*.

política. De forma muito curiosa, a “guerra civil” definia as fronteiras externas da *civilidade*⁵.

Em seu uso atual mais comum, a *civilidade* qualifica a política. Trata-se de um *tipo* de política, um *tipo* de discurso político que não agride, fere ou ofende os demais cidadãos. O uso aqui conota um discurso ou comportamento “apropriado às interações civilizadas; polidez, cortesia, consideração”⁶ (aliás, neste caso, a *civilidade* no discurso político já não se encontra limitada ao governo civilizado. Pode-se falar de um chefe de estado que exige civilidade em suas relações com seus aliados ou mesmo com seus inimigos).

O deslizamento entre as duas conotações de *civilidade* – como política em seu sentido mais amplo versus um tipo de política aceitável – afetou nossa concepção de política em si mesma. Este deslizamento fomentou um entendimento liberal da política como uma arte de governar que é civilizada e benéfica para os cidadãos. Promoveu a ideia de que nos faz bem ser parte de uma comunidade política, principalmente uma comunidade política marcada pela ordem, pela paz doméstica e pela tranquilidade.

Esta concepção de política pode ter feito sentido antigamente, quando nossos ancestrais estavam imaginando nações e sociedades civis e escrevendo sobre o estado selvagem de natureza. Mas ela tem um quê de vazia hoje. Nos Estados Unidos contemporâneos, já nascemos em uma sociedade civil. A questão política que interessa aqui não é *se* a ordem política beneficia a todos em comparação com um estado de natureza. A questão que importa é *como* as estruturas políticas distribuem recursos e bem-estar entre os cidadãos. E, nesta competição política, os resultados não são, em si mesmos, de forma alguma “civilizados” – se com isto, mais uma vez, quisermos dizer que não agridem, ferem ou prejudicam membros da comunidade que compartilhamos.

A política hoje, paradoxalmente, não é uma atividade “civilizada” – ou não é mais, supondo que algum dia tenha sido –, mas um campo agonístico repleto de conflitos, negociações e concessões. Em sua essência, a política favorece uns em detrimento de outros. Não há nenhuma forma viável de manter nosso colossal sistema político – que envolve impostos e transferências, educação e bem-estar social, segurança interna e defesa nacional – sem que isto implique o sacrifício de

⁵ A expressão “guerra civil”, evidentemente, diferencia conflitos domésticos internos a um estado da guerra entre estados. Isto explica porque muitos sulistas se referiam, e ainda hoje se referem, à Guerra Civil Americana como “a guerra entre os estados”.

⁶ Idem, (definição 12.a). Para esta definição, o *Oxford English Dictionary* remete o leitor à edição da *New York Review of Books* de agosto de 1991, onde se lê: “Nixon muitas vezes confundia a civilidade com fraqueza, como se pode ver em suas referências gravadas a seguidores leais como ‘uns maricas’”. *Id.*

uns em benefício de outros. É inteiramente irreal imaginar que a política possa envolver somente aquilo que poderíamos chamar de resultados políticos ótimos *à la* Pareto – resultados que beneficiam um grupo de cidadãos sem prejudicar outros de qualquer maneira. Não está nem mesmo claro se o conceito de ótimo de Pareto funciona no terreno da política, uma vez que é a posição *relativa* da pessoa na sociedade – sua posição social e sua prosperidade relativas – que define o bem-estar político.

Nascemos hoje na *polis*, e a política contemporânea é disputa por status, riqueza, posição social e bem-estar relativos, por oportunidades e recursos, educação, empregos, etc. Trata-se de uma luta travada em meio a complexas relações de poder. Nesta competição, nesta luta, alguns se saem melhor, outros não tão bem. A famosa frase do Presidente John F. Kennedy era nobre: “Não pergunte o que seu país pode fazer por você – pergunte o que você pode fazer por seu país”⁷. Mas ela também revelava aquilo que todos sabemos, isto é, que alguns são mais sacrificados do que outros, e que alguns outros são mais beneficiados do que os demais. Neste processo, as relações de poder são determinantes. A posição social, o status cultural e a envergadura política terão efeitos significativos. Estimular e reforçar estes efeitos, ou, ao contrário, tentar limitá-los, esta é uma escolha política – uma escolha profundamente relacionada com os debates sobre civilidade no discurso político.

Nestes debates, prefiro pessoalmente o caminho civilizado no que diz respeito ao meu próprio discurso político. Mas reconheço plenamente que isto representa uma estratégia política deliberada. Trata-se também, com frequência, de uma forma de autoproteção. Nunca me arrependi de ser civilizado. Dizer a verdade, no meu entendimento, de forma direta e honesta, com o mínimo de malevolência permitido pela natureza humana, é, na minha opinião, o caminho mais sábio. Mas este é, contudo, um caminho privilegiado, e creio que parte deste privilégio requer não dizer aos outros de que forma devem falar. Mas não devo me antecipar; voltemo-nos, primeiramente, para a história norte-americana mais recente.

⁷ Presidente John F. Kennedy, Discurso de Posse, 20 de janeiro de 1961 (transcrição disponível em http://avalon.law.yale.edu/20th_century/kennedy.asp).

II. Uma história norte-americana mais recente

A. Os atentados de Tucson e o Facebook de Sarah Palin

O tema do discurso civilizado na vida política norte-americana vem recebendo uma atenção cada vez maior, em particular desde os tiroteios em massa ocorridos em janeiro de 2011 em Tucson, no Arizona. Este incidente trágico fez seis mortos e quase tirou a vida da deputada Gabrielle Giffords⁸. O tema da civilidade no discurso surgiu, em larga medida, devido a esta imagem em particular – um mapa da página de Sarah Palin no Facebook, de março de 2010, que mostrava vinte miras de revólver dirigidas para os vinte distritos democráticos que o PAC⁹ de Palin planejava atingir:

SARAH PAC WWW.SARAH PAC.COM

20 House Democrats from districts we carried in 2008 voted for the health care bill... IT'S TIME TO TAKE A STAND.

Vic Snyder — AR-2	Earl Pomeroy — ND-AL
Ann Kirkpatrick — AZ-1	Charlie Wilson — OH-6
Harry E. Mitchell — AZ-5	John Bocchieri — OH-16
Gabrielle Giffords — AZ-8	Kathy Dahlkemper — PA-3
John Salazar — CO-3	Christopher Carney — PA-10
Betsy Markey — CO-4	John M. Spratt Jr. — SC-5
Allen Boyd — FL-2	Bart Gordon — TN-6
Suzanne M. Kosmas — FL-24	Tom Perriello — VA-5
Brad Ellsworth — IN-8	Alan B. Mollohan — WV-1
Baron P. Hill — IN-9	Nick J. Rahall II — WV-2

Already retiring at the end of their terms. 17 more to go!

Let's take back the 20, together!
JOIN METODAY

Sarah Palin

No alto: “20 deputados democratas de distritos em que nós vencemos em 2008 votaram a favor da lei da assistência em saúde... É HORA DE TOMAR UMA ATITUDE”.

Embaixo (significado do quadrado vermelho ao lado de alguns nomes): “Já vão se aposentar ao fim de seus mandatos. Faltam 17!”

Embaixo:
“VAMOS RECUPERAR OS 20 JUNTOS!”
“JUNTE-SE A MIM HOJE”

⁸ “The Tucson shooting”, *Time*, disponível em: <http://www.time.com/time/specials/packages/0,28757,2041535,00.html> (último acesso em 07 de abril de 2012).

⁹ (N. do T.) Abreviação de “political action committee”.

Conforme matéria do *Huffington Post*, a retórica de Palin que acompanhava o mapa era “decididamente militante” (MUSKUS, 2011). Palin escreveu em sua página do Facebook: “vamos mirar nestas disputas e em muitas outras. *Esta é apenas a primeira salva em uma luta para eleger pessoas, por toda a nação, que levarão bom senso a Washington. Por favor, vá a sarahp.ac.com e junte-se a mim nesta luta*” (Id., grifos meus). Muitos se perguntaram se o tom do discurso político contribuiu para os atentados. O *Washington Post* propôs a questão no título de uma matéria de capa, *O Atentado a Gabrielle Giffords em Tucson: ele é resultado do estado do discurso político?* (SOMASHEKHAR, 2011).

Poucas pessoas esclarecidas responderam a esta pergunta de forma afirmativa. Provar causalidade é uma tarefa onerosa, e seria difícil provar que a retórica política causou os tiroteios em massa em Tucson. O Instituto Nacional do Discurso Civilizado (*National Institute for Civil Discourse* – “NICD”), da Universidade do Arizona, uma organização de pesquisa que esteve à frente nos debates, não defende a posição de que o discurso político incivilizado causa violência política ou causou os atentados em Tucson. Ao contrário, o Dr. Brint Milward, diretor do NICD, argumenta que a incivilidade desencoraja as boas pessoas a se envolverem com a política e torna mais difícil conseguir pessoas decentes para governarem¹⁰. Isto está muito longe do argumento de que a incivilidade causa violência política. E com boas razões. O fato é que não há evidências fortes para defender uma relação causal.

Há um volume expressivo de pesquisa no contexto análogo da teoria das janelas quebradas – a teoria de que incivildades como desordens sociais menores (isto é, vadiagem, beber em público, mendicância e prostituição) e desordens físicas menores (tais como lixo, grafite e prédios abandonados), se forem toleradas em uma determinada área, produzem um ambiente com probabilidades maiores de causar crimes sérios¹¹. Estas pesquisas estabelecem, de forma conclusiva, que não há evidências confiáveis da existência de um elo causal (HARCOURT, 2001a; HARCOURT & LUDWIG, 2006; FAGAN & DAVIES, 2000; SAMAHA, 2012). Em contraste, não há sequer pesquisas confiáveis sobre a conexão entre o discurso incivilizado e a violência política. Ao menos, não encontrei nada. Por ora, é razoável partirmos do princípio de que o nível de incivilidade no discurso político, com toda a probabilidade, não causa tumultos políticos.

¹⁰ Brint Milward, Director, National Institute for Civil Discourse, conferência proferida no Arizona Law Review Symposium: Political Discourse, Civility, and Harm (14 de janeiro de 2012).

¹¹ Ver WILSON & KELLING, (1982: 29; 38), argumentando que há uma correlação entre o fracasso da lei em controlar certos tipos de crimes que atentam contra a “qualidade de vida”, tais como vadiagem, beber em público e vandalismo, e o aumento da probabilidade de ocorrência de crimes violentos, tais como assaltos.

B. A polarização entre os partidos republicano e democrático

Ora, no contexto análogo da teoria das janelas quebradas, há evidências que sustentam outra hipótese, a saber, aquela que defende que tanto as desordens menores quanto os crimes sérios podem ter antecedentes em comum. Na pesquisa mais completa, Robert Sampson e Stephen Raudenbush rastreiam este antecedente comum até uma noção a que se referem como “eficácia coletiva” – um tipo de confiança em uma vizinhança¹². Os autores descobriram que tanto as incivildades quanto os crimes na vizinhança tendem a aumentar quando a confiança entre os moradores é menor.

Por analogia, podemos nos perguntar se a incivildade política e a violência política têm condições antecedentes semelhantes – e, se eu tivesse que arriscar uma hipótese, sugeriria a política polarizada. A sugestão seria de que, à medida que as opiniões e posições políticas se tornam mais extremas e polarizadas, o nível de discurso pode se elevar, bem como, possivelmente, a violência política. Esta sugestão é semelhante à hipótese de Cass Sunstein, discutida em *Going to Extremes* (“Indo a Extremos”) e *Republic.com 2.0* (“Republica.com 2.0”), de que, quando as pessoas se veem em grupos que pensam da mesma forma, aproximam-se de posições extremas e de que, à medida em que se tornam mais extremas em suas opiniões políticas, aumenta o risco de desprezo pelos outros e possivelmente da violência (SUNSTEIN, 2009; 2007:10-11). Boa parte deste trabalho é normativo e anedótico – mas ele guarda, de fato, alguma semelhança com a situação análoga de confiança na vizinhança, para a qual existem evidências empíricas.

Há algumas evidências de que a opinião política tem se tornado mais polarizada neste país desde os anos 1970, em particular entre as elites políticas. O professor Richard Pildes, da New York University, reuniu alguns dados relevantes, bem como os professores Toni Massaro e Robin Stryker, da Universidade do Arizona (PILDES, 2011; STRYKER, 2011; MASSARO & STRYKER, 2012). Este aumento da polarização é mais evidente entre os líderes de partidos políticos. De acordo com Pildes, “Os partidos se tornaram destilados mais puros de si mesmos. Estão internamente mais unificados e coerentes, e externamente mais distantes uns dos outros, do que em qualquer época ao longo dos últimos cem

¹² Ver SAMPSON & RAUDENBUSH (1999) – argumentando que, devido a alguns aspectos teóricos comuns, tanto a desordem pública quanto os crimes predatórios são explicados por uma concentração de desvantagens e por uma eficácia coletiva mais baixa; ver também SAMPSON *et al.*, (1997), fornecendo evidências de que a coesão social entre vizinhos, combinada com sua disposição para intervir em defesa do bem comum, atua como “um forte fator de previsão de índices mais baixos de violência”.

anos” (PILDES, 2011: 277). Massaro e Stryker, de forma semelhante, apontam que “a polarização de hoje entre as elites dos partidos é muito maior do que há 40 anos, com os anos 1970 se destacando como uma das eras mais *bipartidárias* da história norte-americana” (MASSARO & STRYKER, 2009:412)¹³. Há abundantes evidências empíricas para sustentar esta afirmação: “Em 1976, os moderados constituíam 30% da Câmara; em 2002, este percentual havia encolhido para 8%. Do mesmo modo, em 1970, os moderados constituíam 41% do Senado; hoje, este percentual é de 5%” (PILDES, 2011:277, citando ABRAMOWITZ, 2010; 2009). Pildes acrescenta ainda que “ao longo deste mesmo período os ‘conservadores radicais’ passaram de 17% dos deputados republicanos para 67%, enquanto os ‘liberais radicais’ passaram de 35% dos deputados democratas para mais de 50%.” (Id.: 277, citando ABRAMOVITZ, 2010:142).

Há alguma controvérsia quanto a se este fenômeno de elite afetou a polarização no público em geral. Pildes reúne evidências que apontam nesta direção, observando que “há um estudo que conclui que apenas 13% dos eleitores na eleição presidencial de 2004 eram ‘*swing voters*’¹⁴, em comparação com uma média de 23% nas eleições presidenciais do período de 1972-2004” (Id.:277)¹⁵. Pildes acrescenta ainda que “o voto *split-ticket*”¹⁶ caiu acentuadamente: há um número maior de eleitores que expressam preferências políticas partidárias consistentes, votando em candidatos do mesmo partido em todas as disputas eleitorais, seja para a Câmara, o Senado ou a presidência” (PILDES, 2011:278, citando BARTELS, 2000 e HETHERINGTON, 2001). Massaro e Stryker advertem, contudo, que embora a pesquisa aponte para o fato de que “a polarização de massa *relativa à identificação com partidos políticos* tenha aumentado desde o início dos anos 1970”, isto não quer dizer, necessariamente, que “a nação esteja tomada por ‘guerras de cultura’ sociais mais gerais”¹⁷. Não está claro

¹³ Com base essencialmente em HETHERINGTON (2009) e LAYMAN *et al.*, (2006).

¹⁴ (N. do T.) Expressão utilizada no contexto da política norte-americana para se referir ao eleitor não fidelizado, ou seja, cuja fidelidade partidária não é automática, podendo oscilar entre os republicanos e os democratas.

¹⁵ Citando *The swing voter in American Politics 138* (William G. Mayer ed., 2008).

¹⁶ (N. do T.) O voto “split-ticket” é o voto em candidatos de diferentes partidos para cargos distintos em um mesmo voto.

¹⁷ MASSARO & STRYKER (2012: 412-413). Os autores observam que “Entre 1972 e 2002, no eleitorado americano havia *convergência* de opiniões por idade, educação, raça, religião e região, sugerindo que, no mínimo, a imagem de guerras de cultura é exagerada.” *Id.*:413; ver também Fischer & Mattson (2009), revendo “as alegações de que entre 1970 e 2005 a sociedade norte-americana se fragmentou ao longo de eixos referentes à política cultural, classe social, imigração, raça ou estilo de vida” e encontrando “poucas evidências de um aumento da fragmentação dos Estados Unidos em torno de eixos de raça, etnicidade ou status de imigração”.

em que medida a polarização entre as elites políticas infiltrou-se na imaginação pública. Há algumas evidências anedóticas, contudo, que sugerem que isto pode ter acontecido.

C. Evidências Anedóticas do Tea Party e do Movimento Occupy

De um ponto de vista anedótico, parece, efetivamente, que o Tea Party e o Movimento Occupy Wall Street refletem uma maior polarização da política norte-americana. Estes movimentos representam dois novos extremos no espectro político – e parecem ter esticado este espectro. De forma muito interessante e reveladora, sua linguagem tende a ser, por vezes, incivilizada. Os pronunciamentos do Tea Party tendem a se referir a guerras e inimigos – a revolução, o combate e a luta armada. Um bom exemplo é a *newsletter* típica de um *website* do Tea Party, TeaParty.org. Observemos o texto pingando sangue, o modo como “Amerika” está soletrado, o martelo e a foice. Observemos a referência direta a “fundos de guerra”. Estas são, todas elas, referências diretas à Revolução Americana, à Guerra Fria e à necessidade de uma guerra revolucionária ou civil violenta – a antítese exata do discurso civilizado:

The image shows a newsletter header for TeaParty.org. The main title is "Regulating U.S. into Economic Destruction". Below the title is a graphic with the word "Amerika" in a stylized font, a hammer and sickle symbol, and a portion of the American flag. The text "The Rise Of Obamaism" and "BIG GOVERNMENT - LITTLE PEOPLE" is also present. A quote from Steve Eichler is included, along with a "Donate" button and logos for Visa, MasterCard, and American Express. The footer says "ONE TIME DONATION".

Ao lado da bandeira: O Fim do Obamaísmo
UM GRANDE GOVERNO – UM POVO PEQUENO
Regulamentando os Estados Unidos rumo à Destruição Econômica
“Será que a cobiça insaciável do governo pelo controle do meio-ambiente, do sistema monetário, da economia e da sociedade vai esmagar os direitos individuais, forçando assim os Patriotas a aderir ao Coletivo Obama?” Steve Eichler – TeaParty.Org
De acordo com a lei, o Executivo tem que registrar anualmente o número de novas ações regulatórias planejadas para o ano seguinte. A atual agenda regulatória do Governo tem 4.257 novas ações regulatórias. Ao menos 219 terão um impacto econômico de 100 milhões de dólares ou mais. Isto significa um aumento de quase 15% em relação ao ano passado, quando havia 191.
Os americanos já ouviram o Governo afirmar que algumas destas novas regulamentações economicamente relevantes terão um impacto econômico de dezenas de bilhões de dólares.
É HORA DE FORMAR O “FUNDO DE GUERRA” DO TEA PARTY
O TEA PARTY PRECISA PARAR O REGIME OBAMA!

Mais abaixo na página, o Tea Party afirma: “Em tempos de paz, prepare-se para a guerra!” A iconografia também é inteiramente revolucionária:

IN TIMES OF PEACE, PREPARE FOR WAR!

 FORWARD TO A FRIEND

TIME TO BUILD THE RANKS!

It Is Now Time To Help America

 **2911 Plan**

Your .99 cents will power the Tea Party making it possible for teams to travel to Washington, meet with high-power decision makers and do that job that millions of Tea Partiers can't do. .99 cents per day!

America Needs The 29.11 program now!

JOIN

Don't Just Sit There - Get Involved!

 RSS feed - Receive Tea Party updates through your favorite RSS reader (View RSS)

 Email updates - Receive Tea Party news and alerts by email (Sign up)

 **TEA PARTY MUST UNITE & MOBILIZE**
www.UniTEAMobile.com

EM TEMPOS DE PAZ, PREPARE-SE PARA A GUERRA!
É HORA DE ORGANIZAR AS TROPAS!
AGORA É HORA DE AJUDAR A AMÉRICA
Os seus 99 centavos vão fortalecer o Tea Party, permitindo que equipes viajem para Washington, se encontrem com os poderosos que tomam as decisões e façam o trabalho que milhões de adeptos do Tea Party não podem fazer... 99 centavos por dia!
A AMÉRICA PRECISA DO PROGRAMA 29.11
AGORA!
NÃO FIQUE PARADO AÍ – ENVOLVA-SE!
O TEA PARTY PRECISA UNIR & MOBILIZAR

Na outra ponta do espectro político, o movimento Occupy Wall Street defende expressamente a não violência (e tem sido, majoritariamente, não violento – HARCOURT, 2012), mas os manifestantes com frequência portam cartazes que poderiam facilmente ser interpretados como incivilizados – ou, ao menos, que contêm um bocado de linguagem que teria que ser editada nos jornais. (Quando tentei publicar estas fotos junto com um editorial no *The New York Times*, a resposta foi simplesmente “nem pensar”.) Estes são os dizeres de alguns cartazes:



Foto: Mia Ruyter¹⁸

Observemos um aspecto que caracteriza muitos destes cartazes do Occupy: o uso do humor. Ao contrário de outros movimentos sociais contemporâneos, os manifestantes do Occupy muitas vezes acrescentam tiradas bem humoradas a suas intervenções – embora a retórica permaneça impúblicável. Este cartaz reflete bem isso:



Foto: Mia Ruyter

¹⁸ (N. do T.) Primeira foto, cartaz de cima: “Eu não preciso de sexo. O governo já fode comigo todos os dias.” Primeira foto, cartaz de baixo: “Seu governo à venda (vendido)”. Segunda foto: “Morda a mão que te dá merda.”

D. A política presidencial e o episódio “Santorum” no Google

O Tea Party e o movimento Occupy não são, contudo, de forma alguma os únicos que, de vez em quando, são “incivilizados” (ao menos de acordo com algumas definições). O candidato republicano à presidência Rick Santorum foi muitas vezes acusado de incivilizado. Em um dado momento, durante debates políticos tensos, o então senador Santorum comparou Tom Daschle, o então líder democrata no Senado, a um “cachorro hidrófobo” (LEIBOVICH, 2012:A14). Santorum também “fez parte de um grupo de senadores republicanos que, em 2002, convocou uma conferência de imprensa exibindo uma matilha de sabujos para ‘farejar’ qualquer legislação que a maioria democrata tivesse produzido” (Id.). A sua retórica muitas vezes se voltou contra ele. Conforme relata o *New York Times*:

O falecido senador Robert C. Byrd, democrata de West Virginia e um dos mais ardentes tradicionalistas no Senado, ficava pasmo com o Sr. Santorum. Depois que [o senador Santorum] acusou o Sr. Clinton de dizer “inverdades descaradas”, o Sr. Byrd proferiu um discurso virulento no qual ridicularizava a “insolência” e a “linguagem rude” de seu colega e sugeria que o Sr. Santorum talvez fosse mais adequado para “uma cervejaria ou taberna”. Ele lamentou que tivesse vivido o suficiente “para ver pigmeus avançando a passos largos como se fossem colossos” na câmara augusta.

As atitudes bizarras do Sr. Santorum no debate sobre o orçamento inspiraram o senador Bob Kerrey, democrata de Nebraska, a fazer uma observação, algo famosa, de que ‘santorum’ era, na verdade, uma palavra latina para uma vulgaridade anatômica. O Sr. Santorum protestou e o Sr. Kerrey esclareceu sua observação.

“Eu disse que, na verdade, ‘santorum’ talvez não fosse a palavra certa em latim”, explicou o Sr. Kerrey em uma entrevista. “Mas ele estava se comportando como aquela palavra” (LEIBOVICH, 2012: A14).

Conforme o professor Kenji Yoshino sugere, a incivilidade é muitas vezes um jogo olho por olho – ou, ao menos, é muitas vezes justificado como uma reação legítima à incivilidade inicial do outro (YOSHINO, 2012). Mais uma vez, Rick Santorum é um bom exemplo aqui – um grande pugilista no que se refere ao discurso político. Santorum bate um bocado, mas também apanha muito. É famosa sua comparação do casamento entre pessoas do mesmo sexo com a poligamia, dizendo recentemente a um grupo de Republicanos

Universitários¹⁹ em Concord, New Hampshire: “então qualquer um pode se casar com qualquer um? Então qualquer um pode se casar com várias pessoas?” (LEIBOVICH, 2012: A14).

Como revide a alguns de seus comentários mais grotescos, se jogarmos no Google a palavra “Santorum”, uma das primeiras coisas que surge (e que, durante vários meses em 2011, era a primeira entrada) é uma definição inventada da palavra “Santorum”, cortesia do ativista dos direitos LGBT Dan Savage. Se você clicar neste site sugerido pelo Google, surgirá isto na sua tela²⁰:



Dan Savage descobriu uma maneira de garantir que o seu website fosse sempre um dos primeiros a aparecer em uma busca no Google pelo nome do ex-senador. Rick Santorum protestou veementemente e pediu ao Google, em setembro de 2011, para retirar a definição e alterar o resultado da busca. Mas o Google respondeu que “não remove conteúdo dos nossos resultados de busca, a não ser em casos muito específicos, tais como conteúdos ilegais e violações das nossas diretrizes gerais” (BURNS, 2011).

E. A falta de qualquer evidência empírica sólida de danos

Estas evidências anedóticas, evidentemente, não nos dizem nada sobre a conexão entre uma possível polarização e incivildade, ou, ainda, entre polarização e violência política. Em relação à primeira, a conexão ainda é tênue. Há evidências, conforme sugerem os professores Massaro e Stryker, de que “durante o período

¹⁹ (N. do T.) Em inglês, *College Republicans*, organização de estudantes universitários que apoiam o Partido Republicano.

²⁰ (N. do T.) “A mistura espumosa de lubrificante e matéria fecal que é às vezes o subproduto de sexo anal.”

em que a polarização aumentou, o discurso incivilizado no plenário da Câmara dos Deputados aumentou da mesma maneira”; e isto é igualmente verdadeiro no caso do Senado (MASSARO & STRYKER, 2012:413). Mas a correlação ainda não foi explicada, deixando-nos com poucas informações quanto a “se a polarização produz incivilidade, a incivilidade produz polarização ou – como parece ser o mais provável – há uma relação recíproca entre as duas” (Id.). No que diz respeito à conexão com a violência política, há menos ainda o que dizer. Encontrei um estudo que nos oferece algumas evidências empíricas para embasar a afirmação de que a polarização política tem associação com riscos mais altos de violência ou com distúrbios políticos sérios (ESTEBAN & SCHENIDER, 2008). Entretanto, a pesquisa não é específica para os Estados Unidos, e é mais voltada para conflitos entre estados e guerras civis.

Os professores Massaro e Stryker abordam o problema correlato da fragmentação política, da balcanização e das câmaras de eco²¹, que também podem exacerbar a polarização, a incivilidade e talvez a violência política. Embora os autores encontrem evidências de que “as pessoas talvez se sintam mais motivadas a buscar informações que *confirmem* suas opiniões do que informações que as desafiem” (MASSARO & STRYKER, 2012:419), e embora expressem sua preocupação de que estes efeitos da balcanização e das câmaras de eco possam ter efeitos negativos (inclusive consequências nefastas para a participação política e o envolvimento democrático), afirmam claramente que a combinação dos estudos, na melhor das hipóteses, deixa a questão em aberto.²² No final, somos, mais uma vez, deixados com poucos dados empíricos sólidos com base nos quais prosseguir.

²¹ (N. do T.) No original, *echo-chamber*. O autor se refere a uma instância capaz de amplificar demandas, argumentando que estas “caixas de ressonância” podem aumentar o grau de polarização.

²² Massaro e Stryker reuniram diversos estudos que sustentam e questionam as hipóteses da fragmentação e das câmaras de eco, (2012:413-419. Na primeira categoria, ver especialmente WARNER (2010), criando um estudo transversal de uma amostra aleatória de participantes em grupos de discussão on-line neonazistas que mostrava que aqueles que declaravam visitar o site com maior frequência também demonstravam maior apoio à violência racial e a Hitler, sem variações quanto a gênero, educação, idade, renda, exposição à mídia e participação on-line mais geral); na segunda categoria, ver especialmente HARRIGAN *et al.* (2004), encontrando uma significativa heterogeneidade de opinião entre grupos de discussão organizados em torno de temas políticos. Os autores também nos remetem a estudos inconclusivos em relação a estas hipóteses. Ver GARRETT, 2009, (constatando que as pessoas tendem a escolher artigos que reforçam seus pontos de vista, mas também escolhem alguns artigos que os desafiam; se começam a ler algo e percebem que o texto questiona suas visões, só raramente param de ler por esta razão); KOBAYASHI & IKEDA, 2009 (descobertas semelhantes).

F. Verdadeiras ameaças e a coalizão americana de ativistas pela vida

Nesta discussão, é importante explicitar uma categoria particular do discurso político que vai além da incivilidade tradicional e inclui ameaças diretas e reais a pessoas específicas, e que carrega a possibilidade de causar violência física, danos e ferimentos pessoais. Aqui, a relação causal é direta e, como resultado, há conjuntos de orientações jurisprudenciais distintos para lidar com estes casos. Há legislações penais que proíbem ameaças intencionais de danos físicos a pessoas quando há uma probabilidade real de dano²³, e há também exceções categóricas à proteção da liberdade de expressão da Primeira Emenda quando se trata de verdadeiras ameaças ou palavras belicosas. A análise constitucional tende a recorrer à doutrina das “verdadeiras ameaças” de *Brandenburg v. Ohio*²⁴, e a Suprema Corte demarcou o escopo das ameaças protegidas em vários outros casos, em particular *Watts v. United States*²⁵ e *NAACP v. Claiborne Hardware Co.*²⁶.

Um exemplo de verdadeiras ameaças envolve a mira de médicos que praticam o aborto e o processo aberto em 26 de outubro de 1995 por quatro médicos e duas clínicas contra a Coalizão Americana de Ativistas Pela Vida

²³ Ver, e.g., 18 U.S.C. §§ 115, 248, 844, 871, 875, 876 (2012).

²⁴ 395 U.S. 444 (1969) (per curiam). Em *Brandenburg*, a Suprema Corte estabeleceu o teste usado para determinar a constitucionalidade de uma lei que criminaliza a incitação à violência. Id.:447-448. O caso *Brandenburg* envolveu um líder da Ku Klux Klan que fez um discurso defendendo a violência contra negros, judeus e aqueles que os apoiam para um grupo de homens armados e encapuzados. Id.: 444-447. Ele foi condenado com base em uma lei de Ohio que criminalizava a defesa da violência como meio de conseguir reformas políticas. Id.: 444-445. A Suprema Corte anulou a condenação e a lei de Ohio, afirmando que “as garantias constitucionais de liberdade de expressão e liberdade de imprensa não permitem que um estado proíba ou proscra a defesa do uso da força ou da violação da lei a não ser quando esta defesa estiver dirigida para a incitação ou produção de ação ilegal iminente e tiver probabilidade de incitar ou produzir tal ação” Id.: 447.

²⁵ 394 U.S. 705 (1969) (per curiam). Em *Watts*, a Suprema Corte decidiu que as hipérboles devem ser distinguidas das verdadeiras ameaças, anulando a condenação de um rapaz de 18 anos que havia “ameaçado” o presidente dizendo: “Estão sempre gritando com a gente para estudar e se formar. E agora eu já recebi minha convocação para o serviço militar como 1-A e tenho que me apresentar para o exame médico na próxima segunda-feira. Eu não vou. Se eles algum dia me fizerem carregar um rifle o primeiro homem que eu quero encontrar é L.B.J.” (Id.: 706). A Corte sugeriu alguns fatores que deveriam ser levados em conta ao se determinar se uma afirmação é uma verdadeira ameaça, incluindo: (1) se o discurso constitui ou não uma hipérbole política; (2) o contexto geral no qual a afirmação é feita; (3) a reação dos ouvintes; e (4) se a afirmação era ou não condicional, especialmente se estava condicionada a um acontecimento de improvável ocorrência. (Id.: 706-708).

²⁶ 458 U.S. 886 (1982). *Claiborne Hardware* envolveu um grupo de cidadãos negros que organizaram um boicote contra comerciantes brancos (Id.: 888). Um grupo de homens conhecido como “Chapéus Negros” registrou todos os negros que entravam nas lojas (Id.: 903). Estes nomes foram então lidos em voz alta em reuniões e publicados em um jornal (Id.: 904). Cerca de dez atos violentos foram cometidos contra os que violaram o boicote (Id.: 905). Uma das questões levantadas pela Corte era se um homem que fizera um discurso em uma reunião, ameaçando quebrar o pescoço de qualquer um que violasse o boicote, havia feito uma ameaça criminoso (Id.: 902, 906). A Corte respondeu unanimemente que não, classificando o discurso como um tipo de hipérbole política protegida por *Watts* (Id.: 911).

(*American Coalition of Life Activists* – “ACLA”)²⁷. Nestes casos, os médicos alegaram que a ACLA havia deslanchado uma campanha de terror e intimidação ao visá-los com ameaças específicas – incluindo um cartaz com uma “Lista dos Doze Mais Perigosos” (Id:1362). A “Lista dos Doze Mais Perigosos” era parte de uma série de cartazes de “procurado” que identificava 13 médicos nominalmente, incluía alguns de seus endereços residenciais, declarava-os culpados de crimes contra a humanidade e oferecia US\$ 5.000 por informações que pudessem levar à sua prisão, condenação e revogação da licença para praticar medicina (Id.). Os médicos também alegaram que a ACLA mantinha um conjunto de “Arquivos Nuremberg” – uma combinação de arquivos em papel com um website que continha fotos, endereços e outras informações sobre médicos que praticavam o aborto²⁸. Diversos médicos identificados nos Arquivos Nuremberg foram assassinados ou vitimizados de outras maneiras, e o website riscava seus nomes ou os colocava em cinza se fossem assassinados ou feridos, respectivamente (Id.).

Após anos de apelações, o Nono Circuito decidiu *en banc* que as ações da ACLA constituíam “verdadeiras ameaças de força”, no sentido definido pelo Ato de Liberdade de Acesso às Entradas das Clínicas (*Freedom of Access to Clinics Entrances Act* – “FACE”) (18 U.S.C. § 248) e, portanto, não estavam protegidas pela liberdade de expressão definida pela Primeira Emenda. O Nono Circuito defendeu que:

“ameaça de força” significa, no FACE, aquilo que a nossa lei estabelecida de ameaças diz ser uma verdadeira ameaça: uma declaração que, à luz do contexto e sob todas as circunstâncias, uma pessoa razoável anteciparia que seria interpretada por aqueles a quem a declaração fosse feita como uma séria expressão da intenção de infligir danos corporais àquela pessoa. Nesta definição, uma declaração ameaçadora que viole o FACE não está protegida pela Primeira Emenda. (Id.: 1077).

Ao fazer isto, a Corte destacou *Brandenburg, Watts e Claiborne* apontando o fato de que a ACLA havia individualizado sua mensagem:

Os cartazes de “CULPADO” foram publicamente

²⁷ *Planned Parenthood of the Columbia/Willamette, Inc. v. Am. Coal. of Life Activists*, 945 F. Supp. 1355 (D. Or. 1996), *vacated*, 244 F.3d 1007 (9th Cir. 2001), *aff'd in part, vacated in part*, 290 F.3d 1058 (9th Cir. 2002) (en banc).

²⁸ *Planned Parenthood of the Columbia/Willamette, Inc. v. Am. Coal. of Life Activists*, 290 F.3d 1058, 1065 (9th Cir. 2002) (en banc).

distribuídos, porém com alvos personalizados. Embora uma ameaça comunicada privadamente tenha, em geral, maior probabilidade de ser levada a sério do que uma ameaça pública difusa, isto não pode ser dito a respeito de uma ameaça feita publicamente, porém relativa a um médico especificamente identificado e feita no mesmo formato que havia previamente resultado na morte de três médicos, que também haviam sido pública mas especificamente visados. Não houve qualquer ameaça individualizada em *Brandenburg*, *Watts* ou *Claiborne*. Entretanto, ninguém que tenha colocado Crist, Hern ou os Newhalls em um cartaz do tipo “procurado”, ou participado da escolha destes médicos em particular para um cartaz desse tipo, ou que o tenha publicado, poderia acreditar que eles não ficariam seriamente preocupados com a possibilidade de ser o próximo da lista a ser assassinado com um tiro. E eles ficaram seriamente preocupados (Id: 1086).

Apesar desta decisão judicial, é interessante notar que um website sucessor dos Arquivos Nuremberg existe ainda hoje e contém informações idênticas²⁹. Esta é a página no site³⁰:

²⁹ *Alleged Abortionists and Their Accomplices*, CHRISTIAN GALLERY, <http://www.christiangallery.com/atrocity/aborts.html> (último acesso em 10 de março de 2012).

³⁰ (N. do T.) O título do quadro é “Supostos Abortistas e seus Cúmplices”. O trecho em vermelho está citado no corpo do texto logo a seguir. Em azul, lê-se “Tiller the Killer Aborted”. Trata-se de um trocadilho com o nome do médico que está no último quadrado. Há um duplo jogo de palavras aí: entre “Tiller” e “killer” (“assassino”; “Tiller, o assassino”) e entre “abortist” e “aborted” (“abortista” e “abortado”, no sentido de “abortar missão”, como se este médico tivesse sido poupado pela decisão judicial do Nono Distrito). Cada campo do quadro traz o nome de um ou mais médicos, seguido do dia e do lugar em que sofreram o atentado, de sua condição como vítima (morto ou ferido) e do nome do agressor (referido no quadro como “terrorista”), este último acompanhado por sua situação atual (“cumprindo prisão perpétua”, etc.). A título de exemplo, seguem as traduções dos dois primeiros campos: “Donald L. Catron/Claudia Gilmore. Baleados em 28/12/1991 no Central Health Care for Women, em Springfield, Missouri. Vítima: feridos. Terrorista: solto, planejando o próximo assassinato?”; “Dr. David Gunn. Baleado em 10/3/1993 em uma clínica em Pensacola, na Flórida. Vítima: assassinado. Terrorista: Michael Griffin, cumprindo prisão perpétua”.

ALLEGED ABORTIONISTS AND THEIR ACCOMPLICES

Tiller the Killer Aborted!

Due To The Recent Ninth Circuit Court of Appeals Decision We Have Reverted To A Version Of The Nuremberg Files Published Without The Strike Through Lines Defined By A Hysterical Ninth Circuit Court of Appeals As A "True Threat". (Most weirdly, the Ninth Circuit found that it was only the use of the strike through graphical device on the names of dead abortionists that somehow made the Nuremberg Files a "true threat". I temporarily removed that graphic device to conform to the cloud cocoon land decrees of the Ninth Circuit.)

Since we were forced to remove the names of the abortionists who were killed or wounded, we have found another list that contains precisely the same information that we had published with the exception that this list uses no graphic devices such as strike through lines, etc. [The form and most of the content of the list that follows was obtained from a pro-abortion web site.](#)

Aborted and Nearly Aborted Abortionists			
<p>Donald L. Catron Claudia Gilmore Shot 12/28/91 at Central Health Center for Women in Springfield, Missouri Victims: Wounded Terrorist: At large, planning next murder?</p>	<p>Dr. David Gunn Shot 3/10/93 at clinic in Pensacola, Florida Victim: Murdered Terrorist: Michael Griffin, serving life sentence</p>	<p>Dr. George Tiller Shot 8/19/93 at clinic in Wichita, Kansas Victim: Wounded Terrorist: Rachelle "Shelley" Shannon sentenced to 11 years in prison, planning next murder?</p>	<p>Dr. Wayne Patterson Shot in Mobile, Alabama Victim: Murdered Terrorist: At large, planning next murder?</p>
<p>Dr. John Britton James Barrett June Barrett Shot 7/29/94 outside clinic in Pensacola, Florida Victims: Murdered (John and James) and wounded (June) Terrorist: Former minister Paul Hill, facing death sentence</p>	<p>Dr. Garson Romalis Shot 11/8/94 at home in Vancouver, British Columbia Victim: Wounded Terrorist: At large, planning next murder?</p>	<p>Shannon Lowmyr Leanne Nichols Shot 12/30/94 at clinics in Brookline, Massachusetts Victims: Murdered Terrorist: John Salvi, prison suicide following life sentence</p>	<p>Anjana Agrawal Antonio Hernandez Brian Murray Jane Sauer Richard J. Seron Shot 12/94 at clinics in Brookline, Massachusetts Victims: Wounded Terrorist: John Salvi, prison suicide following life sentence</p>
<p>Dr. Hugh Short Shot 11/10/95 at home in Ancaster, Ontario Victim: Wounded Terrorist: At large, planning next murder?</p>	<p>Dr. Calvin Jackson Stabbed 12/96 outside the Orleans Women's Clinic in New Orleans, Louisiana Victim: Wounded Terrorist:</p>	<p>Unidentified Victims 4-7 victims of 2 bombs 11/6/97 outside the Northside Family Planning Services clinic near Atlanta, Georgia Victims: Wounded Terrorist: At large; \$1 million reward for Eric Rudolph; planning next murder?</p>	<p>Unidentified Doctor Shot 10/28/97 at home in Perinton, New York Victim: Wounded Terrorist: At large, planning next murder?</p>
<p>Dr. Jack Falman Shot 11/11/97 at home in Winnipeg, Manitoba Victim: Wounded Terrorist: At large, planning next murder?</p>	<p>Officer Robert Sanderson Bombed 1/29/98 outside New Woman, All Women Health Care Clinic in Birmingham, Alabama Victim: Murdered Terrorist: At large; \$1 million reward for Eric Rudolph; planning next murder?</p>	<p>Emily Lyons Bombed 1/29/98 outside New Woman, All Women Health Care Clinic in Birmingham, Alabama Victim: Wounded Terrorist: At large; \$1 million reward for Eric Rudolph; planning next murder?</p>	<p>Dr. Barnett Stepan Shot 10/23/98 at home in Amherst, New York Victim: Murdered Terrorist: At large, planning next murder?</p>
<p>Paul Wellstone Senator from Minnesota, Died in Plane Crash With Wife and Daughter on October 25, 2002 Terrorist: No Evidence of Terrorism At Present</p>	<p>George Tiller</p>		

Ele há uma nota interessante na página:

Devido À Recente Decisão Do Tribunal de Recursos Do Nono Circuito Retornamos A Uma Versão Dos Arquivos Nuremberg Publicada Sem O Apagamento Por Meio De Riscos Definido Por Um Tribunal de Recursos Histórico Do Nono Circuito Como Uma "Verdadeira Ameaça". (Da forma mais estranha, o Nono Circuito decidiu que era apenas o uso dos riscos por meio de recursos gráficos sobre o nome dos abortistas mortos que de alguma forma transformou os Arquivos Nuremberg em uma "verdadeira ameaça". Removi temporariamente os recursos gráficos para me adaptar aos decretos do mundo de faz de conta do Nono Circuito.)

Já que fomos forçados a remover os nomes dos abortistas que foram mortos ou feridos, descobrimos uma outra lista que contém exatamente as mesmas informações que havíamos publicado, com a exceção de que esta lista não utiliza qualquer recurso gráfico tais como riscos, etc. *A forma e a maior parte do conteúdo da lista abaixo foi obtido em um site pró-aborto (Id).*

Apesar da continuidade da existência deste website, e da querela legal quanto à disponibilização da informação, este é exatamente o tipo de discurso

político que vai além da incivildade e constitui uma ameaça direta de danos reais a indivíduos. Este tipo de discurso, evidentemente, está fora do escopo dos debates sobre a civilidade na política e deveria ser legalmente proibido.

Naturalmente, isto levanta questões relativas a como traçar essas fronteiras, tais como se o mapa de alvos de Sarah Palin em sua página do Facebook constitui verdadeiras ameaças ou se a retórica de grupos mais revolucionários neste país representa uma verdadeira ameaça de violência.³¹ É extremamente improvável que fossem considerados desta forma de acordo com a atual doutrina da Primeira Emenda.³² Entretanto, traçar limites e definir termos pode ser também um exercício político. É importante definir estritamente a categoria de verdadeiras ameaças, mas também é importante não permitir um tipo de discurso cuja conexão causal com a violência política possa ser estabelecida através de procedimentos judiciais.

III. A política da incivildade

É curioso, embora não inteiramente surpreendente, que muitos destes exemplos de discurso pretensamente incivilizado estejam associados a posições menos *mainstream* (como no caso do Tea Party ou do movimento Occupy Wall Street) ou com os partidos políticos, ativistas e políticos mais estridentes ou extremistas (tais como Sarah Palin, Rick Santorum, Dan Savage ou o Partido Comunista Revolucionário). Digo “não inteiramente surpreendente” porque, quando se tem

³¹ Por exemplo, o Partido Comunista Revolucionário defende que: “Para que este novo estado socialista venha a existir, seria necessário derrotar, dismantelar e abolir integralmente o estado capitalista-imperialista dos Estados Unidos da América; e isto, por sua vez, só se tornaria possível com o desenvolvimento de uma crise profunda e aguda na sociedade e com o surgimento de um povo revolucionário, aos milhões, que tenha a liderança de uma vanguarda comunista revolucionária e esteja consciente da necessidade de mudança revolucionária e determinado a lutar por isso. Trabalhar por este objetivo – acelerar enquanto aguardamos a emergência destas condições necessárias, mantendo claramente em mente o objetivo da revolução e, ao final, do comunismo – é a orientação estratégica do Partido Comunista Revolucionário dos Estados Unidos da América”. Constitution for the New Socialist Republic in North America (Draft Proposal), p. i (2010). Disponível em <http://revcom.us/socialistconstitution/SocialistConstitution-en.pdf>.

³² Para um civil, é certamente legal pregar a revolução. Hoje, o teste utilizado para avaliar a legalidade de clamar por uma revolução seria o teste *Brandenburg*: (1) defender a violência; (2) que seja voltado para a incitação de violência iminente; e (3) que tenha probabilidade de incitar violência iminente. *Brandenburg v. Ohio*, 395 U.S. 444, 447 (1969) (per curiam). Em *Yates v. United States*, 354 U.S. 298, 300–01 (1957), anulado por *Burks v. United States*, 437 U.S. 1 (1978), um grupo de comunistas da Califórnia foi preso por violar o *Smith Act*, que criminalizava a defesa da derrubada do governo norte-americano. A Suprema Corte decidiu que os comunistas não podiam ser condenados com base no *Smith Act*, a não ser que tomassem uma atitude aberta voltada para o cometimento de um ato ilegal (além da defesa). *Yates*, 354 U.S. at 329-330. Neste caso, a Corte estava se distanciando da era McCarthy e de *Dennis v. United States*, 341 U.S. 494, 508-510 (1951), no qual a Corte decidiu que a gravidade do mal de se pregar a revolução comunista se sobrepuja às preocupações da Primeira Emenda. Dito isto, pode-se argumentar que o medo em torno do terrorismo e algumas decisões da Corte referentes ao *Patriot Act* fazem com que estejamos escorregando de volta para a era de Dennis e dos *Alien and Seditio Act*s. Ver Holder v. Humanitarian Law Project, 130 S. Ct. 2705 (2010); LIPTAK, 2010: A1.

muito poder ou influência política, em geral não é necessário ser incivilizado. É quase como se ser incivilizado guardasse alguma correlação com estar meio que fora do *mainstream*.

A verdade é que Dan Savage provavelmente não tem a mesma capacidade de atrair a atenção da mídia, a não ser por seu discurso radical, que políticos ou comentaristas mais estabelecidos. Da mesma forma, foi o discurso radical de Rick Santorum e Sarah Palin que, em parte, os transformou em estrelas da mídia. Conforme sugere Stephen Carter em seu livro *Civility* (“Civildade”), parte do problema tem relação com a estrutura do mercado, especialmente o jornalismo e seu foco no discurso radical (CARTER, 1998). A mídia tende a nivelar por baixo, o que produz uma corrida em direção ao fundo. O que atrai a atenção no ciclo das notícias e nos *talk shows* tende a ser aquilo que é radical e incivilizado (CARTER, 1998:129). Mas, em última instância, o problema não pode ser dissociado dos temas mais abrangentes do status e do poder. O que significaria, exatamente, em termos de acesso ao debate público, ao tempo no ar e à influência política, exigir que Savage se contivesse? Deixando de lado, por um instante, a pergunta quanto a quem começou – aquilo a que o professor Yoshino se refere como o problema “olho por olho” (YOSHINO, 2012:472) –, a questão da civildade está inextricavelmente relacionada ao tema do poder político.

A. Privilégios e a definição de incivilidade

A própria definição de incivilidade – quem pode defini-la e como ela é definida – está, ela mesma, intimamente relacionada com o poder. Nos dias de hoje, de forma muito semelhante ao século XVIII, aquilo que é considerado como um discurso civilizado tem uma carga política. O termo é, em si mesmo, notavelmente flexível – o que é inevitável – e moldado por forças políticas. Em geral, achamos que sabemos qual é a essência desta categoria, até olharmos mais de perto.

No contexto análogo da teoria das janelas quebradas, vimos que a definição do que é incivilidade é um exercício político. Entre os exemplos típicos de desordens, estão a prostituição e a vadiagem. A forma como se tornaram sinônimos de desordem, contudo, é um reflexo das concepções políticas dominantes – e, muitas vezes, esta visão é factualmente incorreta. As regiões de comércio de sexo – em geral conhecidas como “zonas de prostituição” – tendem a ser mais tranquilas do que se espera, uma vez que o negócio do sexo comercial precisa garantir que seus clientes não se sintam ameaçados (HARCOURT, 2001a:132-133). Da mesma forma, as áreas dominadas pelo crime organizado muitas vezes têm a reputação de serem regiões seguras (Id.). E a vadiagem – pessoas à toa

pelas esquinas – é muitas vezes, como se constata, uma forma de controle social e de monitoramento que garante a segurança em uma comunidade de vínculos estreitos (PATILLO, 2008).

É verdade que as percepções da incivilidade são racialmente codificadas: a forma como percebemos a desordem é produto da composição racial da vizinhança. Regiões habitadas por negros e hispânicos são percebidas como muito mais desordeiras do que uma mensuração objetiva demonstraria (EBERHARDT *et al*, 2004; SAMPSON & RAUDENBUSH, 2004; WALLACE, 2012). Os professores Robert Sampson e Stephen Raudenbush, em um estudo realizado em 2004, mostram que a composição racial de uma área afeta as percepções da desordem (:337). O estudo explora as bases sobre as quais os indivíduos constroem suas percepções da desordem e conclui que, embora a desordem observada possa prever, em algum grau, a desordem percebida, o contexto racial e econômico tem maior influência sobre a desordem percebida por um indivíduo (Id.). Em outras palavras, as pessoas olham para a raça e veem desordem.

Este *bias* torna difícil definir a incivilidade no contexto das janelas quebradas. De fato, isto é praticamente impossível. A desordem está nos olhos de quem vê – trata-se, ironicamente, de uma categoria normativa. Embora seja usada de forma descritiva, funciona como uma afirmação normativa. Eis, talvez, a melhor prova: na cidade de Nova Iorque, durante a gestão do prefeito Rudolph Giuliani, os índices da criminalidade caíram abruptamente de 1994 para 1996 (KRAUSS, 1996). O índice de assaltos, por exemplo, caiu aproximadamente 60%. Durante o mesmo período, as acusações de má conduta policial por cidadãos aumentaram em aproximadamente 68%. (HARCOURT, 2002:167-168). Este foi um período de ordem ou um período de desordem? O modo como respondemos a esta pergunta, como se pode ver, diz muito mais sobre a política de cada um do que sobre qualquer definição “neutra” de ordem.

Neste sentido, o professor Barak Orbach tem inteira razão. Em seu ensaio *Sobre Hubris, Civilidade e Incivilidade* (“On Hubris, Civility, and Incivility”), ele afirma que a própria definição de discurso “civilizado” e “incivilizado” é profundamente ambígua (ORBACH, 2012). As nossas fragilidades cognitivas, enquanto seres humanos, implicam que somos extremamente incompetentes ou desequilibrados – em outras palavras, tendenciosos – ao identificar a incivilidade. Nossas imperfeições heurísticas, e, o que é pior, nossa cegueira para nossas próprias imperfeições, atrapalham a passagem. Gostaria apenas de acrescentar que o problema não é apenas de um *bias* cognitivo, mas tem

também uma natureza política. Poder dizer que alguma coisa é “incivilizada” não é, ironicamente, assim tão diferente daquilo a que Margaret Radin se refere como uma captura retórica (RADIN, 2012). Não é tão diferente do seu exemplo do termo “cyberintruso”. Ambos levantam um mesmo “problema de referência” (Id:05). O ponto é rotular, atribuir rótulos às coisas, e, neste processo, se colocar em vantagem.

B. Questionando o consenso sobre a incivilidade

Em seu brilhante artigo intitulado “Liberdade de expressão, Democracia Liberal e o surgimento de evidências sobre civilidade e envolvimento democrático efetivo” (“Freedom of speech, Liberal Democracy, and emerging evidence on civility and effective democratic engagement”), os professores Toni Massaro e Robin Stryker são enfáticos ao afirmar que as pesquisas de opinião confiáveis apontam uma significativa concordância no que diz respeito à incivilidade (MASSARO & STRYKER, 2012:439-440). “Ao contrário do que muitas pessoas pressupõem”, dizem eles, “há um consenso bastante significativo entre os cidadãos, e também entre estes e os estudiosos do comportamento, quanto ao que é mais ou menos civilizado ou incivilizado na política, e quanto à essência daquilo que é considerado como incivilidade política” (Id.). Também não tenho dúvidas, por exemplo, de que muitos americanos considerariam o ataque desferido por Dan Savage a Rick Santorum na rede como incivilizado. Se é possível falar de um caso de “eu sei quando vejo”, a definição de Santorum feita por Savage parece ser um bom exemplo. A maioria de nós concordaria que se trata de um caso de incivilidade política – independentemente de quem começou –, ainda que alguns também a achem divertida.

Mas, mesmo aqui, é importante escavar mais fundo e nos perguntarmos se parte do rótulo de “incivilizado”, neste caso específico, tem alguma relação com o fato de aludir ao intercurso homossexual masculino. Será que todos sentiríamos a mesma coisa se a definição aludisse ao intercurso heterossexual, não de uma forma que atingisse as mulheres, mas que, ao invés disso, expressasse a potência de um homem heterossexual? O que acontece se invertemos os lugares nas relações de poder existentes? E se o ataque na rede tivesse definido a palavra “Santorum” como “um garanhão”? Este termo também tem uma conotação sexual. Significa, como todos bem sabemos, um “homem (a quem se atribui) grande potência ou conquistas sexuais” (OXFORD ENGLISH DICTIONARY). Será que teríamos achado isso menos ofensivo – e não seria porque se refere a um tipo ou fantasia sexual mais comum? Secreções corporais, é verdade, tendem a ser “nojentas” e uma fonte de insultos. Mas, mesmo assim, a natureza repulsiva

das secreções corporais tem sido usada com frequência, especificamente, como uma forma de contestar a homossexualidade.³³ Qual é o papel das hierarquias sexuais na forma como imaginamos a civilidade – ou em como rotulamos e definimos o discurso como incivilizado?

Insultos e ofensas guardam uma íntima relação com a posição social, conforme demonstrou Norbert Elias em *O Processo Civilizador*. As instigantes discussões de Elias das representações pictóricas presentes nos desenhos e pinturas das classes superiores na Baixa Idade Média servem como um bom exemplo. A inclusão de imagens de mendigos esmolando, ou de camponeses mancos, ou de servos trabalhando nas obras de arte não era, na época, encarada como uma declaração política e não causava ofensas – como aconteceria mais tarde. “Elas não ganhavam destaque em um espírito de protesto, como ocorreria em épocas posteriores”, afirma Elias (1994:170). Ao contrário, na Idade Média, “era parte inseparável da existência dos ricos e nobres que também houvesse camponeses e artesãos trabalhando para eles, e mendigos e aleijados estendendo as mãos” (Id.). Estas descrições não representavam uma ameaça para os nobres, nem causavam qualquer ofensa ou sentimentos dolorosos. Na verdade, com frequência, acrescenta Elias, “os camponeses rústicos chegam a ser objeto de gracejos” (Id.). A presença destas figuras hoje perturbadoras não era vista como ofensiva ou incivilizada. “Esta presença não é de mau gosto; ela faz parte da ordem natural e inquestionável do mundo que guerreiros e nobres se distraiam com o lazer enquanto os outros trabalham para eles” (Id.:171).

A transformação das regras de ofensa e das boas maneiras permitiria a alguém como o pintor flamengo Brueghel “colocar aleijados, camponeses, patibulos ou pessoas se aliviando em seus quadros” (Id.:172). A ideia de retratar uma pessoa urinando pode chocar as pessoas de uma época diferente como inadequada ou ofensiva, mas isto é apenas um reflexo de como as mudanças nas relações de classe e de poder alteram as nossas convenções de boas maneiras. Conforme escreveu Elias: “Os sentimentos da classe superior medieval não demandavam ainda que todas as coisas vulgares fossem suprimidas da vida e, portanto, das pinturas. É gratificante para os nobres saberem-se diferentes dos outros. *A visão do contraste aumenta a alegria de viver*” (Id.).

Há uma dimensão política na definição do que é vulgar e indecente. Isto é verdade ainda hoje. De forma semelhante, a iniciativa por qualidade de vida realizada na cidade de Nova Iorque, que atingia incivildades tais como urinar

³³ Martha Nussbaum escreveu sobre a relação entre secreção corporal e nojo. Ver NUSSBAUM, 2010 e 2004.

em público, foi alterada por relações de posição social, riqueza e cosmopolitismo – e, de forma pouco surpreendente, influenciada por interesses imobiliários (HARCOURT, 2005). Boa parte da redefinição de civilidade e incivilidade em Nova Iorque, entre os anos 1970 e 1990, e também em outras grandes metrópoles tais como Los Angeles e Chicago, girou em torno dos interesses de empreendedores imobiliários e proprietários (Id.). O desenvolvimento comercial de Times Square, em Nova Iorque, a moda do desenvolvimento dos *lofts* nas áreas mais pobres do centro de Los Angeles e as remoções e derrubadas nas áreas pobres da zona oeste de Chicago não foram o resultado de uma sensibilidade aguçada para com as incivildades urbanas, mas de interesses materiais, comerciais e financeiros – misturados com fartas doses de política urbana (Id.: 326-327; 351-365; 385-403). A verdade é que a civilidade e sua imposição não são tanto uma questão de normas universais ou cristalizadas, ou de princípios neutros, mas estão, com maior frequência, ligadas a interesses materiais.

Há também uma dimensão política naquilo que poderíamos chamar de “discurso incivilizado inaceitável”. Na verdade, a “janela de Overton” da incivilidade está em transformação: o discurso incivilizado pode representar o extremo, mas aquilo que representa a “incivilidade *mainstream*” muda ao longo do tempo. Os professores Massaro e Stryker nos dão vários exemplos históricos de retórica incivilizada que mostram bem que aquilo que a sociedade considera um discurso incivilizado “aceitável” muda ao longo do tempo. Eles nos contam, por exemplo, que “os jornais que se opunham às políticas de Abraham Lincoln publicavam charges políticas que mostravam homens brancos dançando como mulheres afro-americanas, com a legenda ‘O Baile da Miscigenação’ – esforços patentes para mobilizar as ansiedades racistas em relação às relações raciais para promover a simpatia anti-republicana” (MASSARO & STRYKER, 2012:403).³⁴ Ataques raciais semelhantes não seriam aceitáveis hoje mesmo nos debates incivilizados *mainstream*.

Ao mesmo tempo, as pesquisas na área da sociolinguística mostraram variações na forma como escutamos o discurso. Estas diferenças muitas vezes surgem ao longo de linhas étnicas, raciais e de gênero que correm paralelas às linhas que definem o poder social. Por exemplo, as mulheres têm maior tendência a adotar padrões de fala indiretos e deferentes, que podem impactar suas relações comunicativas – principalmente no domínio cívico (ver AINSWORTH,

³⁴ Ver MASSARO & STRYKER (2012:403) – baseando sua discussão em *Political Caricature. No. 4, The Miscigenation Ball*, LIBR. CONGRESS, <http://www.loc.gov/pictures/item/2008661682> (último acesso em 09 de março de 2012).

1993). Esta diferença, muitas vezes conhecida como um “registro feminino”, constitui um modo de fala generificado identificado por seus aspectos sintáticos e paralinguísticos, capaz de reforçar, de determinadas formas, o papel subordinado das mulheres na sociedade (Id.:285; LAKOFF, 1973). Estas diferenças linguísticas também surgem em relação a distinções raciais e de classe³⁵. Se é verdade que o modo de falar de uma pessoa – ou a maneira como é escutada – lhe atribui um poder comunicativo social maior ou menor, e se estas diferenças têm relação com o gênero ou a raça, então certamente temos que ter cautela em relação ao próprio conceito e definição de incivilidade.

Embora haja, é claro, certas formas extremas de insulto que a maioria de nós concordaria em considerar como incivilidade política, elas estão muitas vezes perpassadas por dimensões perturbadoras de hierarquia social e relações de poder. Elas são também, com frequência maior ainda, superadas pelos casos-limite de fala mordaz em que a acusação de incivilidade é politizada e pode mascarar *biases* e preconceitos. A existência de alguns poucos casos fáceis de incivilidade não deve ofuscar a complexa política da incivilidade.

C. As dimensões políticas do discurso civilizado

O clamor em favor de um discurso civilizado privilegia uma determinada posição política – uma posição política mais *mainstream*, conciliadora, razoável, dominante e de centro que pode, mais facilmente, arcar com os custos de desprezar o conflito político. Esta posição consegue evitar o discurso incivilizado exatamente devido ao seu privilégio na esfera política. A reivindicação de civilidade é muitas vezes apresentada como politicamente neutra; mas ela não o é. Ela se alinha a uma abordagem dominante, de centro, ligada ao *status quo*. Deixem-me explicar.

Ao longo da história, houve clamores por mudanças políticas radicais e às vezes violência política – em outras palavras, por incivilidade – em todas as pontas do espectro político, das Revoluções Americana e Francesa até a Revolução Bolchevique e, mais tarde, a Revolução Russa, até chegarmos à Primavera Árabe. Isto às vezes inclui ações políticas que praticamente todos nós endossaríamos e adotaríamos. O povo egípcio, por exemplo, depôs seu líder despótico, o presidente Hosni Mubarak. Não há qualquer dúvida de que este ato foi “incivilizado” – houve um levante popular e um *quasi-coup d'état* por parte dos militares. E, mesmo assim, a maioria dos norte-americanos apoiou a

³⁵ Ver AINSWORTH (1993:274-275); BAUGH (1983); LABOV (1972a; 1972b; 1966); MACAULAY (1977) e TRUDGILL (1974).

revolução no Egito e em outros lugares³⁶. Da mesma maneira, tanto o Partido Comunista Revolucionário quanto o Tea Party nos Estados Unidos acreditam que precisamos de uma mudança revolucionária. Isto também é incivilizado. Algumas posições políticas, como se pode ver, não promovem o *status quo*. Elas clamam por reformas radicais, quando não por uma revolução – mudanças que necessariamente envolvem danos “incivilizados” aos interesses de alguns co-cidadãos.

Mas não é apenas a política revolucionária ou radical que é incivilizada. Mesmo a política *mainstream* tende a ser incivilizada, no sentido de que terá efeitos prejudiciais para alguns cidadãos. Mesmo os políticos *mainstream* – os republicanos e democratas – estão recorrentemente defendendo posições que irão prejudicar alguns americanos, quer estejam no alto ou abaixo na hierarquia sócio-econômica. Aumentar (ou não) os impostos sobre os ricos irá prejudicar (ou beneficiar) a posição financeira e o bem-estar de classes diferentes de americanos. Não há como fugir disso. A concessão universal (ou não) de atendimento em saúde também vai beneficiar (ou prejudicar) grupos diferentes de americanos. A política, como se pode ver, é um negócio incivilizado.

Se isto de fato é verdade, não seria um tanto hipócrita exigir um discurso “civilizado”? Não seria como pedir ao carrasco que sorria enquanto injeta a substância, ou à policial que diga “por favor” enquanto coloca as algemas? Por que exigir civilidade no discurso quando o próprio discurso vai, inevitavelmente, gerar resultados incivilizados? Em seu ensaio em que louva as virtudes das decisões legais como um modelo para o discurso civilizado, o professor Yoshino argumenta que os julgamentos evitam os danos da incivilidade ao permitir que as partes adversárias falem através de profissionais que são socializados na civilidade e ensinados a não se dirigirem um ao outro, mas sim a uma parte neutra – o juiz ou o júri (YOSHINO, 2012:476). Ao fazer isso, os julgamentos estimulam um discurso que é menos político sem sacrificar o rigor ou impedir a abordagem autêntica das questões. Mas não é estranho que o método “civilizado” de julgamento seja exatamente aquilo que legitima e performa, enquanto um ato de fala, a execução de um réu condenado, o aprisionamento perpétuo de um criminoso, a execução da hipoteca da sua casa, a tomada da sua propriedade ou, pior ainda, a retirada da guarda dos seus filhos? O método só é civilizado na forma. Seus resultados decididamente não o são. E o que é mais importante?

³⁶ *American Public Sees Democratization of Middle East as Positive for US*, WORLD PUB. OP. (11 de abril de 2011), <http://www.worldpublicopinion.org/pipa/articles/brunitedstatescanadara/685.php>.

Ironicamente, quanto mais incivilizado o ato – por exemplo, aplicar uma injeção letal em um ser humano – mais civilidade exigimos do processo. Os debates incivilizados e *ad hominem* sobre a pena de morte nunca levam a uma execução legal; somente um método civilizado pode gerar esta punição máxima.

D. Escolhas pessoais quanto à civilidade política

Enquanto opção pessoal, tendo a evitar ser incivilizado, em larga medida, suponho, devido à forma como fui criado – mas também, talvez, devido a meu próprio status privilegiado nos planos profissional, social e, significativamente, também demográfico. De forma algo parecida com Stephen Carter, também me ensinaram boas maneiras e fui rigidamente disciplinado na escola e em casa (embora, ao contrário de Carter, nunca tenha sido inquirido quanto a se as lâminas das facas devem apontar para dentro ou para fora; por alguma razão, meu filho e minha filha parecem saber isso; CARTER, 1998:66). Isto tem efeitos duradouros – efeitos que andaram de mãos dadas com certos tipos de privilégios na educação e na profissão. Estes privilégios inculcaram em mim – e permitiram que eu pudesse me dar ao luxo de ter – uma ética baseada em dizer a verdade e ser civilizado.

Ainda hoje, tendo a acreditar que a maneira mais forte e eficaz de conseguir que os outros se envolvam com a política e na vida é ser verdadeiro e sincero. Sou atraído por uma ética da honestidade e de dizer a verdade, e acredito em seu poder de persuasão. No meu discurso político, me esforço para falar de forma genuína e honesta, e para evitar, tanto quanto possível, a estratégia olho por olho – embora, lamentavelmente, nem sempre consiga. Acredito que dizer a verdade cumpre um papel importante como forma de autocontrole, tanto para si mesmo quanto como problema político³⁷. Mas também percebo que estas escolhas são políticas. Elas representam estratégias políticas.

Evitar a incivilidade, adotar a postura mais honrada, oferecer a outra face – estes atos estão perpassados por relações de poder e, ao mesmo tempo, constituem estas relações. O interlocutor que permanece impassível diante de um discurso áspero e incivilizado se fortalece. Nietzsche captou isto talvez da melhor forma possível em uma passagem à qual retorno com muita frequência. É uma passagem de seus escritos mais aforísticos da *Genealogia da*

³⁷ No plano da ética pessoal, fui enormemente influenciado pelos últimos escritos de Michel Foucault, principalmente no que diz respeito à questão de se dizer a verdade, *parrhêsia*, e aos cuidados com o *self*. Ver FOUCAULT (2011) e Michel Foucault, *Wrong-Doing, Truth-Telling: The Function of Avowal in Justice* (Fabienne Brion & Bernard E. Harcourt eds., Stephen W. Sawyer trans., publicação prevista para 2012).

Moral, e diz respeito à punição. Nietzsche afirma:

À medida que seu poder aumenta, uma comunidade começa a não levar as transgressões de um indivíduo tão a sério, porque não podem mais ser consideradas tão perigosas e destrutivas para o todo como o eram antes: o malfeitor não é mais “considerado sem possibilidade de redenção” e expulso; a raiva universal pode não ser mais lançada sobre ele de forma tão incontida quanto antes. Não é inconcebível que uma sociedade atinja tal *consciência de poder* que possa se permitir o luxo mais nobre possível – *não punir* aqueles que a prejudicam. “O que são para mim meus parasitas?”, diria ela. “Que vivam e prosperem: sou forte o suficiente para aguentar!” (NIETZSCHE 1989, grifos meus)³⁸.

Ao final das contas, a decisão de ser civilizado é uma decisão política em um mundo no qual a política é, na maior parte das vezes, incivilizada. Apesar disso, não acredito que estejamos hoje diante de uma crise de incivilidade no nosso discurso político, nem temo que decaíamos em um excesso infernal de incivilidade. Tenho a impressão – infundada, talvez, e também ingênua – de que o discurso positivo, civilizado, verdadeiro e genuíno tende a prevalecer ou, ao menos, a contrabalançar o poder da incivilidade. E sei que reivindicar civilidade é mais fácil para uns do que para outros. Por estas razões, resisto à tentação de clamar por um discurso mais civilizado.

Conclusão

Em seu elegante ensaio “Os tribunais ‘civilizados’: o caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo” (“The ‘civil’ courts: the case of same-sex marriage”), o professor Kenji Yoshino discute três tipos de argumentos contrários ao projeto de se civilizar o discurso político (YOSHINO, 2012:07). O primeiro é que adotar a civilidade no discurso político deixará o falante civilizado em desvantagem retórica (Id.). O segundo é que a civilidade honra o que não merece ser honrado, ou, nas palavras de Gertrude Himmelfarb, honra “pessoas desprezíveis” (Id.: 09)³⁹. O terceiro é que a civilidade diante dos insultos impede o envolvimento autêntico (YOSHINO, 2012:09). A ideia, conforme sugere Randall Kennedy, é que exigir civilidade não encaixa bem com aquilo que o verdadeiro liberalismo exige: o debate de ideias em alto e bom som (KENNEDY, 1998:84).

³⁸ Em dois ensaios anteriores (HARCOURT, 2009; 2001) me refiro também a esta passagem.

³⁹ Ver também Gertrude Himmelfarb, *Victorian Minds: A Study of Intellectuals in Crisis and Ideologies in Transition* (1995).

Nenhum destes três argumentos me convence, mas mesmo assim resisto, ao mesmo tempo, a clamar por civilidade e adoto pessoalmente um tom civilizado. Acredito firmemente, como Nietzsche, que a civilidade é um sinal de força, não de fraqueza. Duvido que ela honre o adversário; ao contrário, e de maneira algo desafortunada, ela o diminui ao expor suas bizarrices. E sou cético diante da alegação de que a civilidade, diante da incivilidade, não permite um debate íntegro e vigoroso. Ao final das contas, minha posição é um pouco diferente. Minha posição é de que a civilidade é uma preferência pessoal e uma estratégia política – uma estratégia política poderosa em uma arena política inerentemente incivilizada.

No dia 13 de abril de 1956, o reverendo Martin Luther King Jr. subiu ao púlpito da Rockefeller Memorial Chapel, na Universidade de Chicago, e declarou:

Não podemos diminuir o passo, porque temos um encontro com o destino e precisamos seguir na velocidade máxima. Este é um conflito entre as forças da luz e da escuridão, e no final a justiça e a democracia vencerão, porque o amor triunfará. Se você não consegue correr, ande; se não consegue andar, rasteje, mas não pare de avançar! (ALLEN & DRAPA, 2012).

Muitos acusaram Martin Luther King de fomentar a desordem social com esta linguagem de conflito, luz e escuridão, vitória e triunfo. Muitos o acusaram de ser incivilizado. E, é claro, as coisas foram ainda piores no caso de Malcolm X e seu conhecido apelo a “todos os meios necessários”⁴⁰.

As suas vozes, eu diria, eram marginalizadas no tecido mais vasto do poder político neste país naquela época. Teria sido fácil demais, penso, pedir um discurso mais civilizado. Isto teria exigido demais de uma posição de poder político. Teria sido confortável demais – talvez não suficientemente respeitoso. Conforme Antoine de Courtin explicou há trezentos anos em seu tratado, a civilidade tem suas raízes na modéstia, na humildade e no respeito – em suas palavras, em “um sentimento de modéstia diante de nós mesmos em relação a outros a quem julgamos dignos de nossa obediência e de nosso amor” (DE COURTIN, 1998:59).

Tradução: Maria Claudia Coelho

⁴⁰ *Malcolm X: The Last Speeches 133* (Bruce Perry ed., 1989) Para uma esclarecedora discussão destas duas formas diferentes de resistência política, ver SHELBY, 2007 (discutindo Martin Luther King, Jr.e Malcolm X).

Referências

- ABRAMOWITZ, Alan
(2010) *The disappearing center: Engaged citizens, polarization, and American Democracy*. New Haven: Yale University Press.
- (2009) "U.S. Senate elections in a polarized era" (Oct. 24) (manuscrito inédito), disponível em <http://www.vanderbilt.edu/csdi/archived/Bicameralism%20papers/abromowitz3.pdf>.
- AINSWORTH, Janet E.
(1993) "In a different register: The pragmatics of powerlessness in police interrogation". *The Yale Law Journal*. Vol. 103, nº 2, p. 259-332.
- ALLEN, Susie & DRAPA, Michael
(2012) "When king made history at UChicago". *The University of Chicago*. Disponível em: http://www.uchicago.edu/features/20120109_mlk. Acesso em 07 de abril de 2012.
- ARDITI, Jorge
(1998) *A genealogy of manners: transformations of social relations in France and England from the fourteenth to the eighteenth century*. Chicago: University of Chicago Press.
- ARIËS, Philippe & DUBY, Georges (eds.).
(1991) *A history of private life*. Cambridge: Harvard Univ. Press.
- BARTELS, Larry M.
(2000) "Partisanship and voting behavior, 1952-1996". *American Journal of Political Science*. Vol. 4, nº 1, p. 35-50.
- BAUGH, John
(1983) *Black street speech: Its history, structure, and survival*. Texas: University of Texas Press.
- BURNS, Alexander
(2011) "Rick Santorum contacted Google, says company spreads 'filth'". *Politico*, Sept. 20. Disponível em: <http://www.politico.com/news/stories/0911/63952.html>.
- CARTER, Stephen L.
(1998) *Civility: Manners, morals, and the etiquette of Democracy*. NY: Harper Perennial.
- DE COURTIN, Antoine
(1998) [1671] *Nouveau traité de la civilité qui se pratique en France parmi les honnêtes gens (New treatise on civility as practiced in France among the honnêtes gens)*. Saint-Étienne: Presses Université de Saint-Étienne.
- EBERHARDT, Jennifer L. et al.
(2004) "Seeing black: Race, crime, and visual processing". *Journal of Personality & Social Psychology*. Vol. 87, nº 6, p. 876-893.
- ELIAS, Norbert
(1994) [1939]. *The civilizing process: the history of manners, and State formation and civilization*. New Jersey: Wiley-Blackwell.
- ESTEBAN, Joan & SCHENIDER, Gerald
(2008) "Polarization and conflict: theoretical and empirical issues". *Journal of Peace Research*. 45, p. 131-141.
- FAGAN, Jeffrey & DAVIES, Garth
(2000) "Street stops and broken windows: terry, race, and disorder in New York City". *Fordham Urban Journal* 28 L.J. 457, p. 461-462.
- FISCHER, Claude S. & MATTSON, Greggor
(2009) "Is America fragmenting?" *Annual Review Sociology*. Vol. 35, nº 1, p. 435-455.
- FOUCAULT, Michel
(2012) *Wrong-doing, truth-telling: The function of avowal in justice*. Chicago: University of Chicago Press.
- (2011) *The courage of truth: 2 The government of self and others – Lectures at the Collège de France, 1983-1984*. NY: Palgrave Macmillan.
- GARRETT, R. Kelly
(2009) "Echo chambers online? Politically motivated selective exposure among Internet news users". *Journal of Computer-Mediated Communication*. Vol. 14, nº 2, p. 265-285.
- HARCOURT, Bernard E.
(2012) "Outlawing dissent: Rahm Emanuel's new regime", *Guardian* (Jan. 19, 2012).

- Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/cifamerica/2012/jan/19/outlawing-dissent-rahm-emanuel-new-regime>. Acesso em 07 de abril de 2012.
- (2005) "Policing L.A.'s skid row: crime and real estate development in Downtown Los Angeles [An experiment in real time]". *University of Chicago Legal Forum*, p. 326-334.
- (2002) "Policing disorder: can we reduce serious crime by punishing petty offenses?" *Boston Review*. Vol. 27, nº 2 (Apr-May).
- (2001a) *Illusion of order: the false promise of broken windows policing*. Cambridge: Harvard University Press.
- (2001b) "Joel Feinberg on crime and punishment: Exploring the relationship between the moral limits of the criminal law and the expressive function of punishment". *Buffalo Criminal Law Review*. Vol. 146, nº 2, p. 145-171.
- HARCOURT, Bernard E. *et al.*
 (2009) "Randomization in criminal justice: A criminal law conversation". In: ROBINSON, Paul; GARVEY, Stephen & FERZAN, Kimberly (eds.). *Criminal law conversations*. Oxford: Oxford University Press.
- HARCOURT, Bernard E. & LUDWIG, Jens
 (2006) "Broken windows: new evidence from New York City and a five-city social experiment". *University of Chicago Law Review*. Vol. 73, p. 315-316.
- HETHERINGTON, Marc J.
 (2009) "Review article: Putting polarization into perspective". *British Journal of Political Science*. V. 39, nº 2, p. 413-448.
- (2001) "Resurgent mass partisanship: The role of elite polarization". *The American Political Science Review*. Vol. 95, nº 3 (Sept.), p. 619-631.
- HORRIGAN, John *et al.*
 (2004) "Pew Internet & Am. life project, The Internet and democratic debate". Disponível em http://www.pewinternet.org/~media/Files/Reports/2004/PIP_Political_Info_Report.pdf.
- KENNEDY, Randall
 (1998) "The case against 'civility'". *American Prospect* 41(Nov-Dec).
- KOBAYASHI, Tetsuro & IKEDA, Ken'ichi
 (2009) "Selective exposure in political web browsing: Empirical verification of 'Cyber-Balkanization' in Japan and the USA". *Information, Communication & Society*. Vol. 12, nº 6, p. 929-953.
- KRAUSS, Clifford
 (1996) "New York crime rate plummets to levels not seen in 30 years". *New York Times*, Dec. 20, p. A1-B4.
- LABOV, William
 (1972a) *Language in the inner city: studies in the Black English vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- (1972b) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- (1966) *The social stratification of English in New York City*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAKOFF, Robin
 (1973) "Language and woman's place". *Language in society*. Nº1, vol. 2, p. 45-79.
- LAYMAN, Geoffrey C. *et al.*
 (2006) "Party polarization in American Politics: Characteristics, causes, and consequences". *Annual Review of Political Science*. Vol. 9, nº 1, p. 83-110.
- LEIBOVICH, Mark
 (2012) "The Santorum of 2012 comes from a long history of political brawling". *New York Times* (07 de janeiro).
- LIPTAK, Adam
 (2010) "Court affirms ban on aiding groups tied to terror". *New York Times* (22 de junho).
- MACAULAY, Ronald K.S.
 (1977) *Language, social class and education*. New York: Columbia University Press.
- MASSARO, Toni M. & STRYKER, Robin

- (2012) "Freedom of speech, liberal democracy, and emerging evidence on civility and effective democratic engagement". *Arizona Law Review*, 54, p. 375-441.
- MENNELL, Stephen & ELIAS, Norbert
(1989) *Civilization and the human self-image*. Oxford: Blackwell.
- MUSKUS, Jeff
(2011) "Sarah Palin's PAC puts gun sights on Democrats she's targeting in 2010". *Huffington Post* (09 de janeiro). Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2010/03/24/sarah-palins-pac-puts-gun_n_511433.html.
- NIETZSCHE, Friedrich
(1989) [1887] *On the genealogy of morals*. NY: Vintage Books.
- NUSSBAUM, Martha C.
(2010) *From disgust to humanity: sexual orientation and constitutional law*. Oxford: Oxford University Press.
- (2004) *Hiding from humanity: Disgust, shame, and the law*. NJ: Princeton University Press.
- ORBACH, Barak
(2012) "On hubris, civility, and incivility". *Arizona Law Review*. Vol. 54, nº 2, p. 443-456.
- PATILLO, Mary.
(2008) *Black on the Block: the politics of race and class in the city*. Chicago: University of Chicago Press.
- PILDES, Richard H.
(2011) "Why the center does not hold: the causes of hyperpolarized Democracy in America". *California Law Review*. Vol. 99 nº 2, p. 273-334.
- RADIN, Margaret Jane
(2012) "Rhetorical capture". *Arizona Law Review*. Vol. 54, p. 457-468.
- SAMPSON, Robert J. & RAUDENBUSH, Stephen W.
(2004) "Seeing disorder: neighborhood stigma and the social construction of 'broken windows'". *Social Psychology Quarterly*. Vol. 67, nº 4, p. 319-342.
- (1999) "Systematic social observation of public spaces: A new look at disorder in urban neighborhoods". *American Journal of Sociology*. Vol. 105, nº 3, p. 603-651.
- SAMPSON, Robert J. et al.
(1997) "Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy". *Science*. Vol. 277, nº 5328, p. 918-924.
- SAMAHA, Adam M.
(2012) "Regulation for the sake of appearance". *Harvard Law Review*. Vol. 125, nº 7, p. 1563-1638.
- SHELBY, Tommie
(2007) "Justice, deviance, and the Dark Ghetto". *Philosophy & Public Affairs*. Vol. 35, nº 2, p. 126-160.
- SOMASHEKHAR, Sandhya
(2011) "Gabrielle Giffords shooting in Tucson: Did it Stem from State of Political Discourse?", *Washington Post* (9 de janeiro). Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2011/01/08/AR2011010803652.html>.
- STRYKER, Robin
(2011) "National Institute of civil discourse, Research Brief No. 6, Political Polarization". Disponível em: http://www.nicd.arizona.edu/sites/default/files/research_briefs/NICD_research_brief6.pdf.
- SUNSTEIN, Cass R.
(2009) *Going to extremes: how like minds unite and divide*. Oxford: Oxford University Press.
- (2007) *Republic.com 2.0*. NJ: Princeton University Press.
- TRUDGILL, Peter
(1974) *The social differentiation of English in Norwich*. Cambridge: Cambridge University Press.
- YOSHINO, Kenji
(2012) "The 'civil' courts: the case of same-sex marriage". *Arizona Law Review*. Vol. 54, nº 2, p. 469-479.

WALLACE, Danielle
(2012 – forthcoming) “A test of the routine activities and neighborhood attachment explanations for bias in disorder perceptions”, 58 *Crime & Delinquency*. Vol. 58.

WARNER, Benjamin R.
(2010) “Segmenting the electorate: The effects of exposure to political extremism online”. *Communication Studies*. Vol. 61, nº 4 (Sept-Oct.), p. 430-444.

WILSON, James Q. & KELLING, George L.
(1982) “Broken windows: The Police and neighborhood safety”. *Atlantic Monthly*, (março), p. 29-38.

Sites consultados:

OCCUPY WALL STREEY
<http://occupywallst.org>. Acesso em 07 de abril de 2012.

OXFORD ENGLISH DICTIONARY
Civility - etymology and definitions 1, 2, and 3.
Disponível em: <http://www.oed.com/view/Entry/33581?redirectedFrom=civility>. Acesso em 09 de março de 2012.

Stud - definition 4.d. Disponível em: <http://www.oed.com/view/Entry/192047?rskey=fAZcMs&result=2&isAdvanced=false>. Acesso em 09 de março de 2012.

Recebido em

10 de fevereiro de 2013

Aprovado em

25 de maio de 2013